

III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

POLÍTICA E REFORMAS EDUCACIONAIS (1960-1990)

GT1. Políticas Públicas, Gestão e Financiamento da Educação Básica

RESUMO

O presente estudo analisa as mudanças na educação e política brasileira entre as décadas de 1960 a 1990, onde a educação foi utilizada como instrumento de controle durante o regime militar e, mais tarde, transformada em um espaço voltado à reconstrução democrática, com o aporte teórico de Shiroma; Moraes; Evangelista (2007) e Ghiraldelli Júnior. (2015). A justificativa da pesquisa está na relevância de compreender os impactos de políticas autoritárias e neoliberais na configuração do ensino público. O problema de pesquisa questiona de que forma a política e reformas educacionais (1960-1990) influenciaram o sistema educacional e a formação social brasileira. O objetivo geral é analisar as políticas e reformas educacionais (1960-1990), observando as permanências e suas rupturas na educação. A metodologia é de caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa, fundamentado em autores críticos da história da educação e da política educacional. Os resultados indicam que, mesmo após o fim do regime militar, muitas práticas centralizadoras e economicistas se mantiveram, adaptando-se ao discurso da eficiência e da modernização neoliberal nos anos 1990.

Palavras-chave: Política educacional. Ditadura militar. Reformas educacionais.

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira entre 1960 a 1990 é marcada por intensas transformações políticas, sociais, culturais e ideológicas. A educação passou a ser vista pelo regime militar (1964- 1985) como instrumento estratégico para a formação do chamado “capital humano”, conforme a lógica do desenvolvimentismo, ou seja, “vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, repressão e controle político-ideológico [...]” (Shiroma; Moares; Evangelista, 2007 p. 29).

Ainda, durante as décadas de 1960 a 1970, a ditadura militar implantou reformas que subordinaram a educação aos interesses econômicos e à lógica do desenvolvimento capitalista, consolidando uma estrutura tecnocrática e autoritária através da lei 5.692 de 1971 que reformou o ensino de 1º e 2º graus, tornando a profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau, que perdurou até 1982 com a retirada da obrigatoriedade da formação a nível médio através da lei 7.044/82, como também no ensino superior com a aprovação da lei 5.540/1968.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

Com o processo de redemocratização, a partir da década de 1980, surgiram movimentos e políticas voltadas à descentralização e a democratização do ensino. Esse processo se consolidou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, representando uma ruptura significativa com o período autoritário. Contudo, também revelou permanências de concepções neoliberais e gerenciais que continuam a influenciar o sistema educacional brasileiro. Assim, compreender as políticas educacionais entre 1960 a 1990 é fundamental para analisar os impactos das reformas militares e neoliberais.

Dessa forma, a justificativa desta pesquisa está na necessidade de compreender os impactos de políticas autoritárias e neoliberais na configuração do ensino público. O problema questiona de que forma a política e reformas educacionais (1960-1990) influenciaram o sistema educacional e a formação social brasileira. Tendo como objetivo é analisar as políticas e reformas educacionais desses períodos, observando as permanências e suas rupturas na educação. Como objetivos específicos, busca-se compreender as reformas militares e refletir sobre os impactos dessas reformas na democratização e na qualidade da educação.

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se na pesquisa bibliográfica, entendida como “o levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Fonseca, 2002 apud Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37). Com uma abordagem qualitativa, a “**pesquisa qualitativa** não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 31), buscando analisar as relações entre reformas educacionais e o contexto político-econômico do Brasil entre as décadas de 1960 a 1990.

O estudo iniciou-se com a leitura da obra *Política Educacional* de Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), especialmente o capítulo “Reformas de ensino, modernização administrada”, identificando conceitos, argumentos e períodos históricos. Complementarmente, foi consultada a obra *História da Educação Brasileira* de Ghiraldelli



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

Júnior (2015), que contribuiu para ampliar a compreensão sobre o contexto histórico e as transformações educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart (Jango) instaurou um modelo de governo que centralizou o poder, estruturou um modelo de educação voltado para o desenvolvimento econômico e o controle ideológico. Durante o regime militar, marcado pelo revezamento de cinco generais na presidência, a educação foi conduzida sob forte repressão política e crescimento da privatização do ensino. O período resultou na exclusão das classes populares, do acesso a uma escola pública de qualidade e na implantação apressada do ensino profissionalizante, sem preparo adequado (Ghiraldelli Júnior, 2015).

A política educacional foi pautada em um discurso de modernização e eficiência, alinhado à um grupo de técnicos norte-americanos os derivados acordos entre MEC e a AID (Agency for International Development), “os tristemente célebres Acordos MEC-USAID” (Shiroma; Moares; Evangelista, 2007, p. 28). Ainda, no que se refere a mudanças na legislação educacional, duas leis tiveram destaques, a Lei 5.540/68 que reformou o ensino superior e a Lei 5.692/71 que reformou o ensino do 1º e 2º graus, visando formar mão de obra qualificada a nível médio.

De acordo com Shiroma; Moares e Evangelista (2007, p. 31):

De todo modo, visando construir uma hegemonia, o regime instituiu em todos os níveis escolares um ensino propagandístico do regime e da “Revolução”: “Ensino de Moral e Cívica”, no 1º e no 2º graus, e “Estudo de Problemas Brasileiro”, na universidade, inclusive na pós-graduação. Investir significava também moldar o “capital humano”.

É importante destacar que, as reformas buscaram ampliar o acesso e modernizar o sistema educacional, mas mantiveram a estrutura hierarquizada e excludente. A Lei 5.692/71, por exemplo, ampliou a escolaridade obrigatória para oito anos, porém sem garantir os recursos necessários para sua implementação. O Estado reduziu investimentos na educação pública, enquanto ampliava incentivos ao setor privado, aprofundando o processo de privatização e desigualdade. Além disso, o ensino de 2º grau foi reconfigurado com caráter profissionalizante, mas sem efetiva qualidade técnica, onde a profissionalização indiscriminada resultou em escolas desestruturadas e formação precária. (Shiroma; Moares; Evangelista, 2007).



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED

II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

A partir do final da década de 1970, o regime militar começou enfrentar uma crise econômica e política. O modelo desenvolvimentista esgotou-se, e o Estado passou a adotar estratégias compensatórias, voltadas ao combate à pobreza e à ampliação da participação comunitária, ainda que de modo centralizado e clientelista. Programas como: Pólo Nordeste, Programa de Extensão e Melhoria para o Meio Rural (EDURURAL), Programa de Educação Pré-Escolar, entre outros, “com a inevitável pulverização de recursos e a fragmentação da outrora coesa política educacional” (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007 p.36).

A criação de entidades como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) buscou fortalecer a participação dos estados e municípios nas decisões educacionais, promovendo o debate sobre a descentralização. No entanto, a autonomia local ainda era limitada pelos mecanismos de controle financeiro e político do governo federal, “que manteve o controle de verbas, dos critérios de distribuição e repasse do salário-educação, entre outros” (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007 p.37).

Convém destacar que, o período que vai do final da década de 1970 até os anos 1990 foi marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, que refletiram diretamente nas políticas educacionais. A crise econômica iniciada ainda em 1979, que impactou os juros nos Estados Unidos e a redução de créditos internacionais para o Brasil, deixando o país com uma certa instabilidade financeira (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007). Essa situação foi resultado de problemas mal diagnosticados e mal administrados que os governos militares deixaram como herança, com regime militar que durou 21 anos.

Acerca disso, o regime militar chegou ao fim no início do ano de 1985, após anos de desgastes políticos e econômicos. O movimento Diretas Já¹ (1983–1984) expressou a pressão popular pela volta das eleições diretas, mas a proposta não foi aprovada. Assim, Tancredo Neves foi eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral², mas não assumiu devido à sua morte,

¹ O movimento das diretas já ocorreu entre os anos 1983-1984, “tentando terminar o período do autoritário através de eleições abertas, de todo o povo” (Ghiraldelli Júnior, 2015, p. 210)

² O Colégio Eleitoral foi um mecanismo criado pela Constituição de 1967 que assegurava a escolha indireta do presidente, concentrando o processo decisório nas mãos de membros do Congresso e delegados das assembleias estaduais. Tratava-se de um arbítrio militar que ampliava desigualdades e restringia a participação democrática, garantindo o controle do regime sobre a sucessão presidencial. “O mecanismo ainda usado pela Ditadura Militar para repor seus generais na presidência” (Ghiraldelli Júnior, 2015, p. 210).



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

sendo substituído por seu vice, José Sarney, que conduziu o início da Nova República. No campo educacional, o modelo de financiamento herdado da ditadura permaneceu praticamente o mesmo (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007), evidenciando continuidades que limitaram mudanças mais profundas.

Em 1986, Sarney lançou o Plano Cruzado³, que inicialmente conteve a inflação por meio do congelamento de preços e mudanças monetárias, mas teve efeito temporário, resultando em nova crise econômica. Paralelamente, movimentos e entidades educacionais, como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional de Docência do Ensino Superior (ANDES) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), intensificaram a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, reivindicando reformas estruturais, valorização docente e ações voltadas à superação do analfabetismo no país.

Desse modo, o período que vai do final dos anos 1970 aos anos 1990 representou um marco de reconstrução democrática e redefinição das políticas educacionais brasileiras. Com a abertura política, o fim da ditadura, na primeira metade da década e com o processo de redemocratização foi instalada a constituinte com o objetivo de elaborar uma nova Carta Magna, que debateu intensamente os interesses de diversos setores sociais. “O campo da educação também foi arena de disputa desses interesses variados” (Ghiraldelli Júnior, 2015, p. 225).

A Constituição de 1988 consolidou importantes avanços ao reconhecer a educação como direito de todos e “ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à Educação” (Ghiraldelli Júnior, 2015 p. 225), reforçando princípios como a gratuidade, a igualdade de acesso e a gestão democrática do ensino público. No entanto, as transformações sociais e econômicas dos anos 1990 trouxeram novas influências, especialmente a do neoliberalismo, que orientou reformas administrativas e educacionais com foco na eficiência, descentralização e avaliação de resultados.

³ O Plano Cruzado foi, “um plano econômico que, entre uma série de medidas, trocou a moeda brasileira- do Cruzeiro para o Cruzado- e congelou os preços de bens e prestações, buscando com isso estancar a inflação” (Ghiraldelli Júnior, 2015, p. 221).



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico da educação brasileira entre 1960 a 1990 esteve profundamente vinculada às transformações políticas, sociais, culturais e econômicas do país. Durante a ditadura militar, as reformas educacionais foram utilizadas como instrumentos de controle e de reprodução das desigualdades. Com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve avanços significativos na garantia do direito à educação e na valorização da escola pública como espaço de cidadania.

Contudo, as políticas neoliberais dos anos 1990 mantiveram a lógica da eficiência e do controle, que muitas vezes se sobrepôs à dimensão social e emancipatória do ensino. Assim, o período analisado revela tanto o avanço na consolidação legal da educação como direito, quanto a persistência de desigualdades estruturais que limitam o pleno exercício desse direito. Portanto, compreender esses processos é fundamental para refletir sobre os desafios atuais da política educacional brasileira e sobre a necessidade de reconstruir uma escola pública democrática, crítica e inclusiva.

REFERÊNCIAS

GERHADT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

